

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova carteira de identidade3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação cresce 18,3% em janeiro4

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TCU pede a Augusto Aras avaliação sobre bloqueio de bens de Sérgio Moro5

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

É preciso investigar intervenção de Flávio na Receita (Editorial)6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Commodities mantêm alta e puxam arrecadação recorde em janeiro7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Agronegócio vence disputa sobre imposto de Renda no Carf8

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Greve leva apreensão a entidades9

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
ANFIP

Câmara encara polêmica sobre liberação de jogos10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Pelo direito de termos garantido um direito nosso (Artigo)11

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - CORREIO URBANO
CONGRESSO EM FOCO

Em SE, mulheres representam 53,11 % do eleitorado13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: opiniões divididas15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sem consenso, reforma tributária fica para 16 de março17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto quer simplificar cobrança da União, dos Estados e das cidades18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da tributária aumenta transição20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras: lucro recorde de R\$ 106 bi21

Quinta-Feira, 24 de Fevereiro de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cai chuva, cai o dólar, inflação sobe - VINICIUS TORRES FREIRE..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Voto contra o fundo eleitoral de R\$ 4,9 bi..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Sem falar de economia, Bolsonaro irrita mercado financeiro - MERCADO S/A..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

André Mendonça vota no STF contra fundo eleitoral de R\$ 4,9 bi..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

IPCA-15 tem maior alta para janeiro desde 2016 (Artigo)..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

FGTS pode liberar saque de até R\$ 1.000 para 40 milhões..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mesmo com queda do dólar, alta da inflação não dá trégua..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Estrangeiro tira ruptura fiscal de cena e compra Brasil..... 34

Nova carteira de identidade

Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) assinou o decreto que cria a nova carteira de identidade, a ser implantada no país até 2023. É o chamado RG Único, com a adoção apenas do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). A mudança começa a valer em 1º de março, e os institutos de identificação têm até 6 de março de 2023 para se adequar.

De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência da República, além de simplificar a vida do cidadão, a medida visa coibir fraudes, já que, atualmente, cada estado tem a responsabilidade de emitir o registro de pessoa física nas 27 federações.

A emissão será gratuita e permanecerá sob responsabilidade das Secretarias de Segurança Pública de cada unidade da Federação, que, ao receber o pedido do cidadão, validará a identificação pela plataforma do governo federal, o Gov.br. No momento em que receberem o documento em papel ou policarbonato (plástico), as pessoas poderão acessá-lo, também, pelo aplicativo Gov.br. O novo documento ainda conta com a possibilidade de validação eletrônica de sua autenticidade por QR Code, inclusive off-line.

O decreto também estabelece novos parâmetros visuais, de emissão e validade para a carteira. O modelo torna-se único para todo o país. Uma das alterações é que a emissão do documento numa unidade da Federação diferente daquela em que o cidadão fez seu primeiro RG já passa a ser considerada segunda via.

Regras

Caso a pessoa que solicite a carteira de identidade ainda não tenha o Cadastro de Pessoas Físicas, o órgão de identificação local já realiza de imediato a inscrição do cidadão, seguindo as regras estabelecidas pela **Receita Federal**.

Já a atual carteira de identidade continua sendo aceita por até 10 anos para a população de até 60 anos. Para quem tem acima dessa idade, será aceita por prazo indeterminado.

A nova carteira de identidade ainda passará a ser documento de viagem, devido à inclusão de código no padrão internacional que pode ser lido por equipamento (código MRZ ? o mesmo do passaporte).

O governo, no entanto, informou que o RG poderá ser considerado apenas em viagens internacionais a países do Mercosul, sendo o passaporte ainda necessário. O novo RG também não substitui, por exemplo, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Arrecadação cresce 18,3% em janeiro

Fernanda Strickland

Após registrar recorde anual em 2021, a arrecadação total do governo federal atingiu R\$ 235,3 bilhões em janeiro de 2022, registrando acréscimo real de 18,3% ante o mesmo período de 2021, levando em conta a correção pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Foi o melhor desempenho para o mês desde 1995.

Segundo a **Receita Federal**, o acréscimo observado em janeiro pode ser explicado, principalmente, por pagamentos atípicos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), pelo diferimento de quotas do IR Pessoa Física que seriam pagas em 2021, e pelo comportamento das compensações efetuadas. Sem considerar os pagamentos atípicos, haveria um crescimento real de 9,19% na arrecadação do mês.

Para o economista e conselheiro do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) José Luiz Pagnussat, o resultado de janeiro foi excepcional e reflete a retomada da economia. Ele destacou o crescimento do IRPJ e da CSLL e o avanço da receita do IRRF sobre rendimentos de capital. "Um indicador de que a economia está voltando à normalidade e que o setor produtivo ampliou sua lucratividade de forma expressiva", comentou.

Ele apontou que o resultado vai melhorara as contas públicas e "abrir espaço para o governo reduzir **impostos** naqueles setores que ainda demandam estímulos para acelerar o crescimento e aumentar a competitividade".

Para Benito Salomão, mestre em economia, no entanto, ainda não há muito para comemorar. Ele explicou que o crescimento da arrecadação é fundamental para mudar o perfil fiscal do governo, que registra deficit há vários anos, mas não suficiente.

"Nós não conseguimos fazer o ajuste primário das contas do governo só pelo lado das despesas. Mesmo que tenha a PEC do teto, reforma da Previdência, as despesas continuam crescendo acima do do **PIB**", afirmou Benito.

TCU pede a Augusto Aras avaliação sobre bloqueio de bens de Sérgio Moro

Constança Rezende

O ministro Bruno Dantas, do TCU (Tribunal de Contas da União), pediu ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que se manifeste sobre a possibilidade do bloqueio de bens do ex-juiz Sérgio Moro.

A solicitação foi feita pelo Ministério Público do TCU no processo em que se investiga um possível conflito de interesse na atuação de Moro na empresa de consultoria Alvarez Marsal.

A ida do ex-juiz para a Alvarez Marsal é motivo de controvérsia, já que a empresa foi nomeada judicialmente para administrar a recuperação judicial de firmas que foram alvos das investigações da Operação Lava Jato.

Bruno Dantas determinou a remessa da cópia integral do processo a Aras para que ele examine a matéria.

"Não tenho dúvidas de que são fatos que precisam ser mais bem apurados. E é por essa razão que me causa estranheza certa atuação apressada de qualquer peticionante que pretenda interromper o fluxo natural do processo, antes mesmo da conclusão das apurações", disse Dantas.

"É natural que os investigados desejem esse desfecho, mas não os órgãos de investigação, de quem se espera imparcialidade independentemente de simpatias preexistentes", disse completou.

Segundo o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, a Alvarez Marsal recebeu cerca de R\$ 40 milhões de empresas condenadas na Lava Jato, sendo R\$ 1 milhão por mês da Odebrecht e Ativos, R\$ 150 mil da Galvão Engenharia, R\$ 97 mil da OAS e R\$ 115 mil mensais do Estaleiro Enseada.

"Investiga-se a possível ocorrência de conflito de interesse na medida em que o ex-juiz, em um primeiro momento, atuou em processo judicial com repercussões na esfera econômica e financeira da empresa e, posteriormente, passou a auferir renda, ainda que indiretamente, no processo de recuperação judicial para o qual seus atos podem ter contribuído", diz.

Dantas também enviou peças do processo à **Receita**

Federal e ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Em nota, a assessoria de Moro afirmou que a investigação do TCU, de acordo com órgãos internos, como a SeinfraOperações (secretaria criada para acompanhar operações especiais e combater fraudes em projetos de infraestrutura, em especial os processos ligados à Operação Lava Jato), "já deveria estar arquivada, tendo em vista a ausência de qualquer ilegalidade na prestação de serviço de um cidadão para uma empresa privada".

"Sérgio Moro já reafirmou a licitude de todos os seus atos e a não prestação de serviços para empresas investigadas na Lava Jato; tudo devidamente comprovado por meio de contrato e notas fiscais. A apuração pelo TCU possui vícios processuais graves, devendo ser enfrentados em tempo e modo adequados", disse.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49831&anchor=6450711&pd=a3cac20075d65c5bb1143af292b63e7e>

É preciso investigar intervenção de Flávio na Receita (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Commodities mantêm alta e puxam arrecadação recorde em janeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187149?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187149?page=22§ion=1

Agronegócio vence disputa sobre imposto de Renda no Carf

Bárbara Pombo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187149?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187149?page=1§ion=1

Greve leva apreensão a entidades

A operação-padrão dos auditores da **Receita Federal** está paralisando as linhas de produção nas empresas e causa preocupação para as entidades de classe. A Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande Sul (Federasul) e a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), em um **comunicado** conjunto, observaram que "independentemente do mérito da reivindicação, trata-se de serviço essencial prestado pela Receita, que se faz ainda mais necessário neste momento de retomada econômica".

No texto divulgado ontem as entidades alertam para "imensos" prejuízos que os atrasos têm gerado e lembram que os impactos, somados aos da Covid-19, "afetam a sociedade como um todo", incluindo a própria arrecadação tributária. A nota termina com uma solicitação para que as autoridades e os servidores procurem solucionar a questão e encerrem o movimento para evitar maiores perdas, "provavelmente irreversíveis para toda a sociedade".

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10259>

Câmara encara polêmica sobre liberação de jogos

Plenário da Casa iniciou ontem votação de projeto de lei que legaliza cassinos, bingos e jogo do bicho, que atualmente são proibidos no Brasil

O plenário da Câmara dos Deputados começou ontem a discutir o projeto de lei que legaliza os jogos de azar, como bingos e cassinos, no país. Até as 22h, o resultado da votação estava indefinido. Antes de se iniciar o debate, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), disse que o tema, embora polêmico, precisava ser enfrentado. "Estamos para aprovar ou não um projeto que gera polêmica, e as polêmicas a gente resolve no plenário. Sempre deixei claro que esta Casa teria autonomia para o plenário decidir sobre os mais diversos temas sem preconceito de nenhum deles. Foi um compromisso que fiz quando eleito presidente desta Casa." Mais cedo, deputados do PT e da bancada evangélica haviam anunciado voto contra o projeto de lei 442/1991, do deputado Renato Vianna (PMDB-SC), relatado por Felipe Carreras (PSB-PE). O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) reconheceu que há argumentos favoráveis, mas afirmou que o PT não iria apoiar a proposta. "Evidentemente, os argumentos favoráveis - aumento da arrecadação e a legalização de uma prática já existente - são válidos. Porém, o que nos leva a votar contrariamente é exatamente a possibilidade de que muitas e muitas pessoas que hoje não acessam os jogos de azar acabem se aproximando dessa prática e se viciando", disse. O deputado Eli Borges (Solidariedade-TO) afirmou que o vício em jogos e o impacto nas famílias também levaram a bancada evangélica a ser contra o texto. Ele destacou ainda que os países em que o jogo é legalizado têm altos índices de violência. "A maioria dos que jogam são velhos e aposentados que comprometem seus salários e arrumam problemas familiares", avaliou. O principal argumento dos que defendem o projeto é que a liberação dos jogos vai movimentar vários setores da economia.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), afirmou ontem ao R7 que é contra, mas não respondeu como será a orientação formal do governo sobre a votação da matéria no plenário. Presidente nacional do Republicanos, o deputado federal Marcos Pereira (SP), integrante da bancada evangélica, afirmou ontem que, "no fundo", o governo federal é favorável ao projeto que libera os jogos de azar.

SAIBA MAIS SOBRE O ASSUNTO

Os jogos de azar são proibidos no Brasil desde 1946, quando o então presidente Eurico Gaspar Dutra afirmou que a "tradição moral, jurídica e religiosa" do Brasil não combinava com a prática, além de considerá-los "nocivos à moral e aos bons costumes". Desde então, diversas propostas foram apresentadas para legalizar a jogatina, mas nenhuma avançou.

O filho mais velho do presidente, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), é um dos defensores de tornar a jogatina legal no país. O ministro do Turismo, Gilson Machado, também já se manifestou em defesa do projeto.

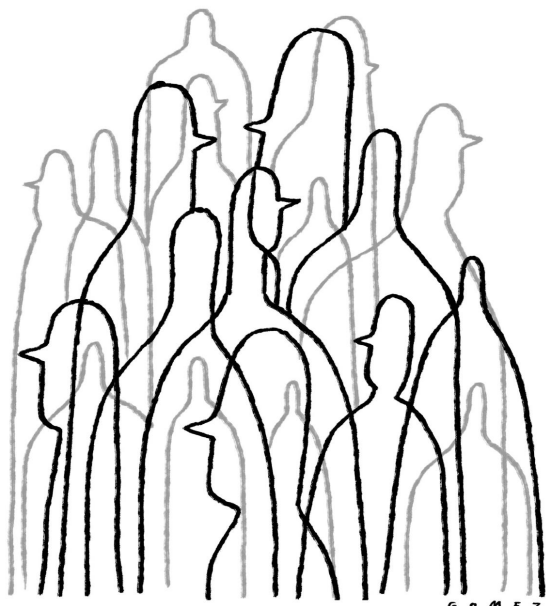
A bancada evangélica, uma das maiores da Câmara, afirma que o vício nos jogos prejudica as famílias e contraria valores religiosos que eles defendem. A liberação dos jogos também enfrenta resistência dos auditores fiscais. A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, por exemplo, é apoiadora do grupo "Brasil Sem Azar", que pressiona contra a liberação dessas atividades.

O projeto que tramita na Câmara prevê conceder uma licença para jogo do bicho para cada um milhão de habitantes em cada Estado, sendo que o capital mínimo para solicitar a licença seria de R\$ 10 milhões. O bingo ficaria permitido apenas em locais voltados especificamente para essa prática ou em estádios de futebol, continuando proibida a realização eventual, como os bingos "de bairro", exceto se o organizador for uma igreja ou grupo filantrópico. As máquinas caça-níquel também continuariam proibidas em locais "comuns", sendo permitidas apenas em complexos de lazer, como re-sorts. Os cassinos seriam aceitos apenas em resorts e acomodações hoteleiras "de alto padrão".

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10259>

Pelo direito de termos garantido um direito nosso (Artigo)



Patrícia Carrijo Juíza e presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego)

Os **servidores públicos** e a maioria das categorias da iniciativa privada lutam constantemente pela paridade dos reajustes de seus vencimentos com os do salário mínimo, referencial no país do que seria justo para corrigir a **inflação** e garantir que o trabalhador, se não tiver ganho real, pelo menos não acumule perdas salariais no decorrer de sua carreira. Essa reposição deveria ser assegurada a quem ingressou num cargo que lhe remuneraria com um certo poder de compra e que, por direito, seria mantido.

O psicólogo Fredrick Herzberg definiu, em sua teoria, os fatores de motivação que incentivam os funcionários a trabalharem mais e, ao mesmo tempo, aumentam a satisfação no trabalho. Dentro das necessidades na área emocional, ele catalogou o trabalho desafiador, o reconhecimento, os relacionamentos e o potencial de crescimento. Nas necessidades mais básicas e tangíveis estão segurança no emprego, salário e benefícios. Quanto à estrutura salarial, esta deve ser apropriada e razoável, e igual e competitiva para aqueles no mesmo nível.

No campo constitucional, a não reposição das perdas inflacionárias, como vem acontecendo no serviço público, pode ser considerada uma verdadeira redução dos vencimentos, proibida de forma bem explícita no

Art. 37, no inciso X, da Constituição Federal, com a redação: "A revisão geral da remuneração dos **servidores públicos**, sem distinção de índices entre **servidores públicos** civis e militares, far-se-á sempre na mesma data".

Na magistratura, por exemplo, além dos atrasos, quando os vencimentos são reajustados, os índices ficam bem abaixo da perda inflacionária registrada naquele período. Nos últimos 15 anos, numa análise detalhada, eles acumularam perda de 44,7% se se comparar ao ganho do salário mínimo no mesmo espaço de tempo. Essa injustiça colabora, assim como em outras carreiras, para a evasão de quadros qualificados para atividades da iniciativa privada. Além de ser um desestímulo à atração desses quadros para se repor as perdas de pessoal da magistratura.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF), na aprovação de sua proposta orçamentária para 2022, excluiu o reajuste salarial para os ministros da Corte. Os vencimentos deles servem de base para os de uma gama de servidores do serviço público, dentre eles a magistratura, tão necessária à sociedade e que, no dia a dia, enfrenta muitas privações inerentes ao cargo, tão relevante e dotado de tamanha responsabilidade para quem o exerce.

Num momento de crises sanitária e econômica mundiais, a magistratura não está a exigir ganhos e avanços na carreira, mas se contrapor a medidas de políticas econômicas que aceitam aumento de gastos em áreas como a eleitoral, com ampliação mais que generosa para o Fundo Eleitoral, em detrimento a pagar aos trabalhadores seus direitos assegurados em lei, que colaborariam na recuperação do poder aquisitivo que conquistaram ao ingressar no posto a que se propuseram, repondo as perdas com a **inflação**. Não se pode ficar à mercê dos governos tomarem a iniciativa dessa recomposição dos subsídios. Muito menos esperar por um cenário em que terão condições ideais para cumprir com o que nos é garantido.

A forma como os reajustes são concedidos, atualmente, nos faz lembrar do episódio do livro Memórias Póstumas de Brás Cubas, quando Quincas Borba, em estado de mendicância, surrupia do amigo Brás seu relógio no momento em que o abraça para se despedir e agradecer pela ajuda recebida. Tempos

depois, ele restitui ao amigo, nas palavras dele, "não com o mesmo, porém outro, não digo superior, mas igual ao primeiro". A reparação, após a privação do uso do objeto, só foi possível porque o antes mendigo recebera de uns parentes uma volumosa herança inesperada.

A continuar no batido do relógio atual, ou na esperança de que recursos inesperados sejam conquistados pelo país para nos atender, em duas décadas os vencimentos dos magistrados descerão para algo próximo ao valor do salário mínimo. Isso para o alto nível de qualificação que nos é exigido. Não paremos no tempo.

Em SE, mulheres representam 53,11 % do eleitorado

Nesta quinta-feira (24), o Brasil celebra 90 anos da conquista do voto feminino. Em Sergipe, as mulheres representam 53,11% do eleitorado, totalizando um quantitativo de 860.677 eleitoras, segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SE). Em âmbito nacional não é diferente. Ainda de acordo com o TRE, o gênero feminino também representa a maioria do eleitorado brasileiro (52,49%), somando quase 78 milhões de eleitoras em todo o país.

Ter a maioria do eleitorado sergipano e brasileiro composta pelo gênero feminino representa uma vitória para as mulheres do Brasil que, até 1934, não tinham o direito de expressar o seu voto, segundo avalia a analista judiciária Luciana de Moraes Tavares, chefe de Cartório da 2ª Zona Eleitoral de Sergipe - a maior do estado, com quase 166.000 eleitores. "A garantia concedida às mulheres nos insere nas discussões dos quadros políticos brasileiros, ainda que de forma tímida, e traz a possibilidade de exercer o direito de votar e ser votada. Isso é um marco extraordinário. O direito ao voto é inerente à democracia e não há como falar em democracia sem a devida vinculação ao Princípio Fundamental da Igualdade", afirma a chefe de Cartório da 2ª Zona Eleitoral de Sergipe.

Na política

Se por um lado, as mulheres são maioria no eleitorado, por outro, ainda têm dificuldades para ocupar os espaços na política. Em Sergipe, dos 11 representantes federais (três senadores e oito deputados), apenas uma é mulher. Já no Brasil, o Congresso Nacional - Câmara e Senado - apresenta, entre os 594 congressistas, apenas 89 mulheres (menos de 15% do total).

Os dados são do **Congresso em Foco**. Analisando esses dados, a coordenadora estadual de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado da Inclusão Social (SEIAS), Erika Leite Santana, reforça que quando mulheres votam em mulheres ajudam na luta pela paridade política. "Infelizmente, a baixa representatividade das mulheres na política ainda é muito grande no Brasil. Trazer esse debate é provocar, principalmente as mulheres, sobre a importância do voto e da escolha, por nós mesmas, de outras mulheres para ocupar esses espaços, não só no mundo político, mas nos espaços de gestão", finaliza.

Site:

***[https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.
jsp?serviceCode=login&edicao=119783#page/8](https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=119783#page/8)***

Reforma tributária: opiniões divididas

Deborah Hana Cardoso

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) leu, ontem, o parecer da **reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que busca modernizar a arrecadação de **impostos** de União, estados e municípios. A votação deve ocorrer somente depois do carnaval, mas, nos bastidores, muitos acreditam que a matéria chegue a consenso e seja votada este ano.

O tema foi debatido por mais de um ano e, na matéria, foram protocoladas 202 emendas ? dessas, 33 só em fevereiro. Analisando o relatório de Roberto Rocha, o tributarista Joaquim Rolim Ferraz, do escritório Juveniz Jr. Rolim Ferraz Advogados, explicou que a proposta é bem diferente daquela que a equipe econômica queria.

"(O ministro Paulo) Guedes queria tributar lucros e dividendos e dar um novo nome à CPMF. O Senado reorganizou o sistema tributário e não trouxe uma real mudança, não diminuiu a carga", explicou. O ex-secretário de Tributação de Natal (RN) e sócio da MRD Consulting, André Luís Macêdo, concorda com a avaliação e considera que a proposta elaborada pelo senador apenas promove uma rearrumação.

"A equipe econômica queria desonerar a folha de pagamento, o que também não ocorreu", observou.

Ferraz e Macêdo explicaram que há pontos a serem comemorados, como a transparência que o sistema tributário assume, devido à unificação dos **impostos** ? acabando com a pulverização do sistema atual. Para Ferraz, a proposta de estabelecer um prazo de 40 anos (em duas fases de 20) para implementar o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) faz com que o efeito positivo da reorganização tributária seja lento. "Um engarrafamento de modalidades tributárias", lamentou Macêdo.

Já para o diretor institucional do Conselho Nacional de Política Fazendária (Consefaz), André Horta Melo, o texto conta com o apoio integral do colegiado. "Uma cobrança justa", afirmou. Para ele, tributar na origem do produto ou serviço ? como no regime atual ? é um erro histórico. Com a mudança da incidência para o destino, os estados poderão atender suas vocações.

Variação

O relatório de Roberto Rocha abre caminho para resolver a tributação sobre os combustíveis, que varia

entre as unidades da Federação ? o que faz com que os preços, sempre que a Petrobras acompanha a cotação no mercado internacional, impactem pesadamente o bolso do consumidor. Segundo Ferraz, o texto do senador quer fixar um único imposto por litro.

"Vamos supor que o governo determine que seja R\$ 1,2 por litro. Será só aquilo", salientou. Vale explicar que, hoje, o ICMS incide sobre vários insumos ? como frete, revenda e lucro ? e pode chegar a 34%. A alteração poderia aliviar o consumidor e pouco impactaria o caixa da estatal. Porém, novamente, poderia afetar a arrecadação dos estados, que têm no ICMS o principal tributo.

Rearranjo dos **impostos**

» Criação do IVA dual, que será composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços/CBS - cobrado no âmbito federal - e pelo Imposto sobre Bens e Serviços/IBS, que reúne **tributos** arrecadados nos estados e nos municípios;

» ACBS substituirá o PIS e a Cofins;

» O IBS reunirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e o Imposto Sobre Serviços (ISS, municipal). São duas as propostas de transição para o novo tributo: uma, de sete anos para implantação; outra, de 40 anos com duas fases de 20 anos;

» O IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) torna-se seletivo;

» **Impostos** antes pulverizados serão unificados, algo que, segundo tributaristas, assegura transparência na cobrança;

» Investimentos e exportações podem ter desoneração total; » Imposto incidente sobre as famílias de baixa renda podem ser devolvidos;

» Criação de um imposto incidente sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente;

» Cobrança de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de embarcações e aeronaves;

» Progressividade para os **impostos** incidentes sobre heranças e doações;

» Até 2032, destinação prioritária dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional às empresas que dispõem de incentivo fiscal via redução de ICMS;

» Está prevista a criação de um imposto em substituição ao IPI.

Sem consenso, reforma tributária fica para 16 de março

DANIEL WETERMAN

O Senado adiou a votação da **reforma tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para o dia 16 de março, depois do carnaval, e expôs a falta de consenso sobre a proposta.

Sob críticas, o relator do texto, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), apresentou ontem novo parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2019 na CCJ.

Os discursos após a leitura do parecer expuseram as resistências à proposta, que vieram de representantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

"Tenho de me preocupar com o meu Estado, em que qualquer mexida, qualquer movimento, pode realmente acabar com a economia do Amazonas", disse o senador Omar Aziz (PSD-AM). "Não dá para votar essa matéria", afirmou Fernando Bezerra (MDB-PE). "Os Estados produtores, que são a maioria dos Estados brasileiros, que consomem pouco, não podem definir", emendou Simone Tebet (MDB-MS).

Além das resistências, os senadores não veem empenho do Planalto para aprovar a proposta.

Nesta semana, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que só se faz **reforma tributária** em período de crescimento econômico, com aumento na arrecadação. Reservadamente, parlamentares que formularam a PEC reagiram com críticas ao chefe da pasta. Um deles disse ao Estadão/Broadcast que a declaração é "discurso de quem não entende do assunto".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Texto quer simplificar cobrança da União, dos Estados e das cidades

O parecer da **reforma tributária** que foi lido ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado altera o sistema de **tributos** no País. Na prática, o texto prevê dois **impostos**: um federal, substituindo PIS e Cofins por meio da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e outro estadual e municipal, unindo o ICMS e o ISS.

O parecer do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) aumenta o período de transição da mudança dos **impostos** cobrados por Estados e municípios. Seriam sete anos para a substituição e 40 anos para a mudança da cobrança sobre os produtos e serviços no País, que não seria mais na origem da produção, mas no destino onde são vendidos.

Nos primeiros 20 anos, a receita do IBS seria distribuída aos Estados e municípios mantendo o valor da receita atual, corrigido pela **inflação**, de acordo com o parecer. Da arrecadação, 3% seriam distribuídos para governos estaduais e municipais mais afetados com a mudança. Na segunda etapa, também de 20 anos, essa reposição seria extinta. O período pode não ser necessário, em caso de crescimento econômico e arrecadação.

A transição "longa e suave", como é chamada por técnicos e parlamentares, é uma tentativa de atrair apoio de Estados e municípios que temem perda de arrecadação com o novo modelo. Atualmente, as maiores resistências vêm de Estados que produzem muito e consomem menos, como o Amazonas, e de capitais e grandes cidades que arrecadam ISS e não querem unir o imposto com o ICMS, cobrado pelos Estados. Também há crítica do setor de serviços, que tem o maior peso no Produto Interno Bruto (**PIB**).

O relator defendeu a proposta.

"Se não melhorarmos o nosso sistema tributário, simplificando, modernizando, desonerando e tornando um sistema moderno e digital, não vamos ter condição de aumentar investimentos e consequentemente aumentar a arrecadação da União, Estados e municípios", disse Rocha.

O relator tentou tranquilizar quem pede mais tempo, pontuando que a reforma exige a aprovação da PEC, de lei complementar e de outros projetos de lei para entrar efetivamente em vigor.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator da tributária aumenta transição

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187149?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187149?page=22§ion=1

Petrobras: lucro recorde de R\$ 106 bi



A disparada do preço do petróleo, que pesou no bolso dos consumidores em 2021, turbinou o resultado da Petrobras. A estatal fechou o ano com um lucro recorde de R\$ 106,7 bilhões. O bom desempenho vai beneficiar os acionistas da companhia, que irão receber o volume histórico de R\$ 101 bilhões em dividendos.

Com o bom desempenho, a companhia anunciou a distribuição de mais R\$ 37,3 bilhões em dividendos aos acionistas, que já haviam recebido R\$ 63,4 bilhões em 2021 como retorno pelo lucro dos três primeiros trimestres. No fim do ano passado, o presidente da República, Jair Bolsonaro, chegou a reclamar do lucro "muito alto" da estatal e afirmou que a empresa deveria ter "viés social".

Desde então, o presidente da companhia, Joaquim Silva e Luna, vem repetindo que a contribuição da petrolífera será via remuneração ao governo e pagamento de **tributos**, e não segurando preços dos combustíveis. A Petrobras, no entanto, não reajusta a gasolina e o diesel desde 12 de janeiro.

"Nada disso (o lucro) seria possível para uma empresa endividada sem capacidade de gerar valor. Estes resultados demonstram que a qualidade do nosso trabalho se traduz de maneira inequívoca em riqueza para a sociedade", afirmou Luna, em texto do balanço financeiro.

Além da alta no preço do petróleo, a produção no pré-sal também ajudou a engordar o caixa da companhia.

A região possui alta produtividade e um custo de extração do petróleo do fundo do mar mais baixo do que nos demais campos da estatal. Além disso, o volume de combustível vendido aumentou, assim como a margem de lucro da empresa com a gasolina e o óleo diesel.

No quarto trimestre, no entanto, o lucro de R\$ 31,5 bilhões representou uma queda de 47,4% ante o registrado em igual período de 2020. Ainda assim, veio acima da previsão de analistas. A média das projeções dos bancos BTG Pactual, Bradesco BBI e Credit Suisse e também do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineepp) apontava para um lucro de R\$ 28,27 bilhões no período.

Rodrigo Glatt, sócio da GTI ADM de Recursos, avalia o resultado do ano como positivo. Além do benefício da alta do petróleo, ele ressaltou alguns eventos não recorrentes, como a venda de ativos. "Acho que essa distribuição adicional de dividendos talvez tenha vindo um pouco acima do que o mercado esperava", disse.

Cai chuva, cai o dólar, inflação sobe - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

As represas das usinas hidrelétricas não tinham tanta água em fevereiro desde 2014, quando passaram a ocorrer secas horríveis, com risco de racionamento e conta de luz cara. O preço do dólar cai desde o início do ano, mas é cedo para haver refresco nos preços, ainda que a valorização do real possa conter reajustes dos combustíveis, no curtíssimo prazo. A **inflação** alta ainda vai longe, no ritmo de pelo menos 9% ao ano até junho.

Não é registro de mera aritmética econômica. A **inflação** tem efeito direto na veia da política. É um dos motivos pelos quais Jair Bolsonaro e comparsas tentam inventar medidas para agradar a tais e quais grupos, limitados, mas que talvez rendam votos suficientes para garantir uma vaga no segundo turno.

Quanto à **inflação**, apesar das chuvas, do alívio na eletricidade e da surpresa grande e agradável da baixa recente do dólar, a coisa vai mal ainda.

Não aconteceu a baixa do preço de commodities (coisas como petróleo, grãos, minérios). A safra recorde de grãos murchou por causa da seca no Sul, com perdas na soja e problemas no milho e no arroz, o que também encarece óleos e rações, o que bate no preço das carnes.

É possível que a situação ainda piore, por causa da guerra ou quase-guerra na Ucrânia, que afeta preços de petróleo, gás natural, grãos e óleo de cozinha, pelo menos. A **inflação** de alimentos no Brasil voltou a dar uma piorada também por causa das chuvas que prejudicaram as hortas.

Os preços da indústria continuam pressionados, como diz o clichê de mercado, por causa do dólar muito caro até dezembro e pela persistente escassez mundial de insumos. Os problemas de abastecimento das fábricas demoram a passar até por causa da ômicron, de que pouco e cada vez menos se fala, mas que provoca distúrbios econômicos e mata muita gente (mais de 800 pessoas por dia no Brasil, mas esquecemos desse assunto).

O IPCA-15 foi a 10,8% ao ano em fevereiro (taxa acumulada nos últimos 12 meses dessa versão do IPCA que mede a variação de preços de meados de

um mês a meados do mês seguinte). A **inflação** de alimentos, que chegou a 19% ao ano em fevereiro de 2021, subia mais devagar, mas voltou a acelerar para 9,5% em fevereiro.

Bolsonaro e cúmplices tentam se virar. O governo federal tentou faturar o reajuste previsto de mais de 33% para professores do ensino básico. Vai tentar passar esse saque de R\$ 1.000 do FGTS, o que alivia a vida de uns 40 milhões. A renegociação do Fies (o financiamento público de mensalidade de faculdade privada) começa em março e pode ajudar 1 milhão de estudantes (ou ex-estudantes).

Parece que foram para a gaveta as ideias desastrosas de reduzir **impostos** de combustíveis ao custo de dezenas de bilhões, mas deve haver alguma redução de imposto, para o diesel e para produtos industrializados. Sabe-se lá se ou quando tais cortes de **tributos** vão chegar aos preços, mas é uma tentativa que o demagogo pode alardear.

Mais que isso, a redução de **impostos** pode até resultar em algum pequeno estímulo econômico, embora não se saiba na mão de quem esse dinheiro vá cair. Se aparecer também o dinheiro do FGTS, mais um tico de ajuda.

É tudo muito pouco e sujeito aos solavancos grandes que virão ao longo do ano -ainda pode haver guerra feia, ainda haverá aumento de taxas de juros nos EUA, a campanha eleitoral pode balançar dólar e juros por aqui, a depender dos disparates que vamos ouvir na campanha.

É pouco, ressalte-se. Mas, por ora, Bolsonaro joga para perder de pouco no primeiro turno. Indo para o segundo, fica viva inclusive a oportunidade de promover um tumulto golpista.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

31

Voto contra o fundo eleitoral de R\$ 4,9 bi



LUANA PATRIOLINO

Indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), o ministro André Mendonça votou pela redução do Fundo Eleitoral de R\$ 4,9 bilhões, aprovado pelo Congresso no ano passado. O magistrado defendeu que o montante seja o mesmo do estabelecido para o pleito de 2020, ou seja, R\$ 2,1 bilhões, corrigido pela **inflação**. O julgamento teve início ontem e será retomado hoje.

A ação foi proposta pelo partido Novo. A legenda argumentou que a emenda parlamentar à Lei Orçamentária, no trecho referente ao fundo eleitoral, deve ser derrubada por ter alterado uma proposta de competência exclusiva do Poder Executivo. As sugestões orçamentárias só podem ser feitas pelo governo federal. Com isso, a sigla afirma que a atuação do Congresso na redação do texto desvirtuou o que definiram os ministérios na elaboração do projeto, gerando o chamado "vício de iniciativa".

No final do ano passado, Bolsonaro chegou a vetar a emenda do Congresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabeleceu repasses de R\$ 5,7 bilhões ao "fundão" deste ano. O veto, no entanto, foi derrubado em manobra conjunta de governistas e oposicionistas. Após serem alvos de repúdio público, os parlamentares reduziram o valor para R\$ 4,9 bilhões na votação final da LOA.

Prudência

Para Mendonça, é prudente derrubar o valor do fundo, "sob pena de frustrar-se a legítima confiança em torno do pleito eleitoral". O ministro defendeu "que os planejamentos orçamentários partidários sejam realizados com o valor mais realista a ser dedicado ao fundo eleitoral". Ainda segundo o relator, precedentes

do Supremo permitem concluir que a norma vigente não atende ao princípio da proporcionalidade.

"Constato que o aumento do Fundo Eleitoral numa ordem de grandeza superior até mesmo a 200% em relação às eleições de 2020 possui o condão de afrontar a igualdade de chances entre candidatos, bem como impacta a normalidade do processo eleitoral como um todo, assim como não se encontra suficiente justificada a sua motivação", sustentou Mendonça, o único a votar ontem. "Não vejo justificativa para considerar proporcional um aumento em relação à **inflação** em 10 vezes." O magistrado ainda citou a pandemia de covid-19 como demanda prioritária para o país. "Nós temos assistindo, há dois anos, a dificuldade na gestão dos recursos públicos em razão da crise de saúde pública", ressaltou.

Além de apontar a possibilidade de desvirtuamento das eleições, Mendonça apresentou outros pontos de atenção relacionados à proximidade da data do primeiro turno e à possibilidade de deputados migrarem de partido em busca dos recursos do Fundão. Segundo o ministro, essas circunstâncias "caracterizam a conveniência da suspensão do dispositivo impugnado e o perigo de dano irreparável ou de difícil recuperação".

No processo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu que a medida é legítima. "É necessário que fique claro que o Poder Legislativo, na condição de representante da vontade popular, dimensionou as necessidades de financiamento para a campanha eleitoral das eleições gerais de 2022", frisou.

A Procuradoria-Geral da República também argumentou ser legal a mudança. "A emenda não afronta o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, visto que o plano trata do financiamento dos programas de duração continuada, enquanto as despesas do fundo eleitoral só ocorrem em anos de eleições", afirmou a manifestação do procurador-geral da República, Augusto Aras. (Com Agência Estado)

Sem falar de economia, Bolsonaro irrita mercado financeiro - MERCADO S/A



AMAUURI SEGALLA



O presidente Jair Bolsonaro mostrou o velho destempero no evento CEO Conference, promovido nesta semana pelo banco BTG Pactual. Em videoconferência remota, ele atacou o Supremo, perguntou se o mercado financeiro quer se aliar a Cuba e não respondeu perguntas sobre os enormes e urgentes desafios na área econômica, passando a palavra para o ministro Paulo Guedes. A postura não agradou a turma da Faria Lima, que já andava aborrecida com o presidente. No mesmo encontro, nomes graúdos do mercado revelaram o que pensam a respeito de uma eventual vitória de Lula na eleição presidencial. "Lula está indo mais ao centro", afirmou Rodrigo Xavier, da SPX Capital, uma das principais gestoras de recursos do Brasil. "O que tenho escutado é que teremos alguma responsabilidade fiscal à frente. Vai mudar um pouco a política econômica, mas não vai perder de vista o cenário fiscal. Esse risco foi um pouco eliminado."

Para André Esteves, país tem boas perspectivas

Nem todos foram pessimistas no evento CEO Conference. André Esteves, sócio e chairman do BTG Pactual, enxerga perspectivas positivas para o Brasil, apesar da tensão trazida pela eleição presidencial e do baixo crescimento econômico. "Somos treinados em **inflação**, nos mexemos rapidamente e estamos na frente de todos os bancos centrais do mundo", disse. "O Brasil tem valor, pois possui boas companhias e uma taxa de juros que hoje é um diferencial. Então, o país entrou de novo no radar."

Energisa inaugurou cinco usinas em 2022

A Energisa iniciou 2022 acelerando os negócios na área de energia solar. A empresa inaugurou, em fevereiro, duas conexões em Minas Gerais, as usinas fotovoltaicas Jatobá I e Jatobá II. Somadas, elas possuem capacidade de 3,2 megawatt de potência instalada. Em janeiro, o grupo havia inaugurado as usinas de Pará de Minas, Lagoa Formosa e Lagoa da Prata, também em Minas Gerais. Ao todo, as cinco usinas solares totalizam 12,6 megawatt de potência instalada e receberam R\$ 55 milhões em investimentos.

Aérea colombiana de baixo custo chega ao Brasil

A companhia aérea colombiana Viva Air tem viagem marcada para o Brasil. A empresa deve fazer sua estreia no país em 22 de junho ao lançar a rota São Paulo-Medellín - serão três voos semanais. Sua principal estratégia é oferecer preços mais baixos que os praticados no mercado, o que lhe assegurou um bom crescimento nos últimos anos. A Viva opera atualmente 45 rotas domésticas na Colômbia e no Peru e 11 internacionais para Estados Unidos, México e, no futuro, Brasil.

44%

dos brasileiros pretendem viajar nos próximos meses, segundo pesquisa realizada pela consultoria PwC. No mundo, o índice é de 31%.

As experiências que você adquire enquanto enfrenta e supera as adversidades são, na verdade, as suas maiores vantagens" Michelle Obama, advogada e ex-primeira-dama dos Estados Unidos

Rapidinhas

» A recuperação será em ritmo lento para os pequenos negócios. Segundo o índice IODE-PMEs, as empresas que se enquadram nesse universo (com faturamento de até R\$ 50 milhões anuais) cresceram 7,7% em janeiro em relação a um ano atrás, mas o número está distante dos níveis pré-pandemia. O declínio da variante ômicron pode ser um alento.

» O TikTok aposta em novas frentes de negócios. A rede social chinesa, que já provocou estragos no Facebook, está agora testando vídeos com até 5 minutos de duração, o que a aproximaria do formato do YouTube. Segundo especialistas, vídeos longos aumentam as receitas com publicidade.

» As fronteiras do mundo abrem as portas para os viajantes. Os países que integram a União Europeia

vão deixar de exigir testes de pessoas vacinadas contra a covid-19. As novas normas, que passam a valer em 1º de março, se aplicam às pessoas que completaram o ciclo vacinal há no máximo 270 dias ou se recuperaram da doença nos últimos 180 dias.

» Os créditos com garantia de veículo aceleram no Brasil. Segundo estudo da fintech Credits, a procura por essa modalidade cresceu 105% em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2021. "Temos visto a retomada da confiança do consumidor após praticamente dois anos de pandemia", diz Luana Bichuetti, VP de Auto Equity da Credits.

André Mendonça vota no STF contra fundo eleitoral de R\$ 4,9 bi

José Marques

O ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), votou nesta quarta-feira (23) contra o fundo eleitoral público de R\$ 4,9 bilhões para os partidos em 2022 e entendeu que os valores devem voltar ao patamar de 2020, de R\$ 2 bilhões, mas corrigidos pela inflação.

Mendonça, que foi advogado-geral da União e ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL), disse que "o Poder Legislativo aportou ingerência excessiva e ilegítima no núcleo de intangibilidade do direito fundamental ao desenvolvimento nacional" ao multiplicar o valor do fundo apresentado na proposta de diretrizes do orçamento enviada pelo Planalto.

Ele viu falta de proporcionalidade na decisão do Congresso e também um perigo irreparável ou de difícil reparação no uso do montante para esse fim.

Com essa correção, o valor do fundo eleitoral ficaria em aproximadamente R\$ 2,3 bilhões para este ano.

Mendonça é o mais novo membro do Supremo, foi indicado por Bolsonaro e empossado no Supremo em dezembro passado. Esse foi o seu primeiro voto como relator de um processo julgado no plenário da corte.

Após o voto do relator, a corte interrompeu o julgamento, que deve ser retomado nesta quinta (24). Os outros dez ministros do STF ainda devem votar.

"Não considerei justificada a imprescindibilidade do aumento de ao menos 230% em relação às eleições de 2020 e 288% em relação às eleições de 2018 - podendo chegar a até 335% se considerada a perspectiva da LDO", disse.

A ação foi apresentada pelo partido Novo e questionava trecho da LDO que previa a verba do fundo eleitoral será equivalente a 25% do orçamento da Justiça Eleitoral em 2021 e 2022, mais o valor informado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) -soma que totalizava R\$ 5,7 bilhões.

Mendonça refutou argumentos do partido para contestar o fundo eleitoral, que argumentava, por exemplo, que havia desvios de finalidade e incompatibilidade com o plano plurianual. Porém, disse

que os ministros do Supremo não são limitados a avaliar apenas os argumentos de quem apresentou a ação, mas, "na verdade, examinara constitucionalidade da lei ou ato normativo atacado de forma global, à luz da Constituição da República de 1988".

Em fala improvisada durante o seu voto, Mendonça disse que a "democracia depende da existência de partidos fortes e consolidados, depende de bons políticos, e temos ótimos políticos".

"O que não se justifica e o que não se pode desrespeitar é a própria Constituição e o princípio universalmente aceito como o da proporcionalidade. Todos nós devemos respeitar a política, assim como a política deve respeitar a Constituição. Meu voto representa e preserva a essência da justiça do processo eleitoral.", Na ação, o Novo sustentava que houve definição arbitrária do valor pelo Legislativo e que o projeto saiu do Executivo com previsão de R\$ 2,1 bilhões. A LDO foi aprovada com esse montante e, então, vetada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

Mais tarde, deputados e senadores aprovaram o Orçamento de 2022 com redução da quantia para R\$4,9 bilhões. Esse valor foi sancionado por Bolsonaro.

"A maioria parlamentar não pode tudo, é por isso que existem limites no plano constitucional estabelecido", afirmou Paulo Roque Khouri, advogado do Novo, antes do início do voto de Mendonça.

Segundo ele, os parlamentares tiraram dinheiro de políticas públicas e poderiam, sob os mesmos argumentos, aumentar a verba do fundo eleitoral para valores muito maiores.

"Se eles podem fazer essa alteração, eles poderiam ter feito outras, aumentando muito mais o valor. É um precedente perigosíssimo que se está dando ao Congresso Nacional, com todo respeito àquela casa." O procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestou contra a ação do Novo, mas afirmou que, se o valor do fundo eleitoral, que será distribuído aos partidos para financiar as candidaturas deste ano for declarado inconstitucional, que seja fixada a quantia de R\$ 2,1 bilhões.

Ao STF, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) havia dito que ação do Novo seguia tendência de criminalização da política e instrumentalização do Judiciário.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49831&anchor=6450711&pd=a3cac20075d65c5bb1143af292b63e7e>

IPCA-15 tem maior alta para janeiro desde 2016 (Artigo)

Leonardo Vieceli

Pressionada pelas despesas com educação, alimentação e transportes, a **inflação** medida pelo IPCA-15 subiu 0,99% em fevereiro, informou nesta quarta-feira (23) o IBGE.

Trata-se da maior variação para o mês desde 2016 (1,42%). O resultado sinaliza uma aceleração ante janeiro. No mês passado, a alta fora de 0,58%.

A taxa de fevereiro ficou acima das expectativas do merca do. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam avanço de 0,87%.

Coma entrada do novo dado, o IPCA-15 acumulou alta de 10,76% em 12 meses até fevereiro. A expectativa do mercado era um avanço de 10,63%. O acumulado estava em 10,20% até janeiro.

"É um cenário que continua ruim, com **inflação** persistente e mais disseminada. O quadro deve continuar assim pelo menos no primeiro trimestre do ano", avalia o economista Luca Mercadante, da Rio Bravo Investimentos.

"Temos uma **inflação** que segue pressionada na margem. Ainda não vemos sinais de trégua", afirma a economista Júlia Passabom, do Itaú Unibanco.

De acordo com o IBGE, 8 dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados no IPCA-15 tiveram alta de preços em fevereiro. A maior variação (5,64%) e o maior impacto (0,32 ponto percentual) vieram do segmento de educação.

Na sequência de educação, aparece o grupo alimentação e bebidas, que avançou 1,20%, com impacto de 0,25 ponto percentual no IPCA-15.0 segmento acelerou ante o mês anterior (0,97%).

Já os combustíveis, também dentro de transportes, registraram estabilidade em fevereiro.

Site:

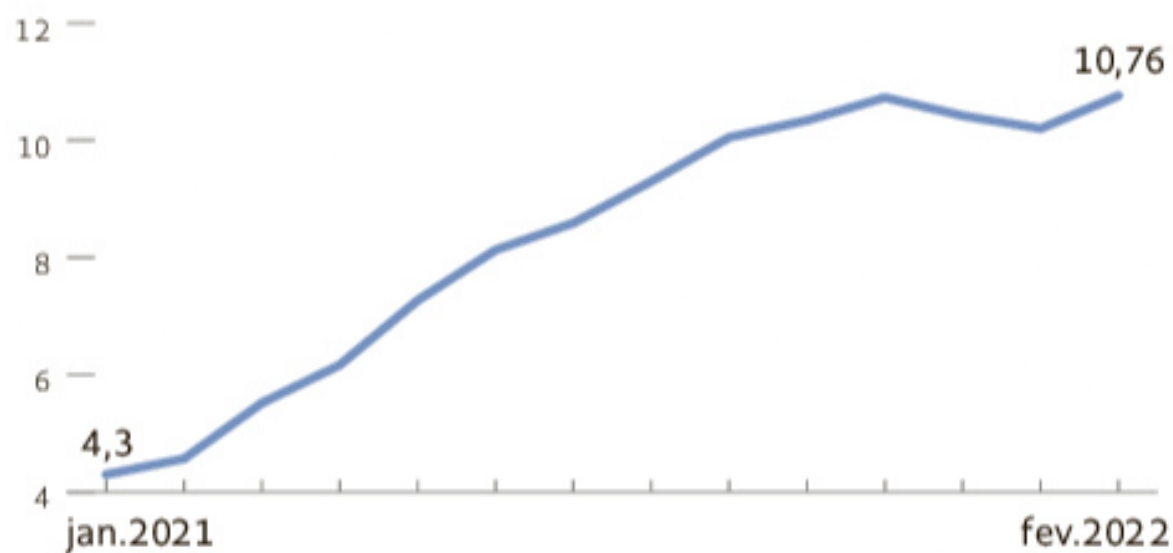
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

31

Inflação mantém fôlego

IPCA-15 no acumulado de 12 meses

Em %



Fonte: IBGE

FGTS pode liberar saque de até R\$ 1.000 para 40 milhões



O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente Jair Bolsonaro durante evento no Palácio do Planalto. Ueslei Marcelino/Reuters

A nova rodada de saques do FGTS pode beneficiar cerca de 40 milhões de trabalhadores, segundo estimativas internas do governo obtidas pela Folha.

Esse é o público potencial da medida e leva em consideração o número de cotistas que têm contas com saldo no fundo de garantia. O valor a ser autorizado para saque deve ser de até R\$ 1.000 por trabalhador, mas a média deve ficar abaixo disso porque algumas contas têm saldo inferior.

A definição do limite é feita de acordo com análises sobre a disponibilidade financeira do fundo, que precisa assegurar recursos para honrar os saques regulares (como em demissões sem justa causa ou compra da casa própria) e o orçamento para financiamentos habitacionais e de infraestrutura urbana e saneamento.

Segundo estimativas do governo, a medida deve proporcionar uma injeção de recursos superior a R\$ 20 bilhões. Um integrante da equipe econômica diz que o total pode ficar perto dos R\$ 30 bilhões.

A expectativa é que a nova rodada de saques seja anunciada oficialmente pelo governo nos próximos 20 dias. Uma MP (medida provisória) será editada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) autorizando o resgate dos recursos.

A nova liberação ocorre no momento em que Bolsonaro aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto para a Presidência. Ele está atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Integrantes do governo negam qualquer interesse eleitoreiro na medida. A justificativa é auxiliar

brasileiros que enfrentam dificuldades por causa do grau de endividamento e da inflação.

Se confirmada a nova rodada, será a terceira vez que o governo Bolsonaro autoriza saques extraordinários dos recursos do FGTS.

A primeira foi em 2019, quando a injeção de recursos ajudou a dar sustentação à atividade econômica. Uma segunda rodada veio em 2020, no contexto das medidas para combater efeitos da Covid-19.

Antes, em 2017, o governo Michel **Temer** (MDB) permitiu o saque das contas inativas -quando o contrato de trabalho é rescindido, mas o saldo permanece na conta, como em casos de pedido de demissão pelo trabalhador.

Os estudos para uma nova rodada de saques do FGTS foram anunciados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento promovido pelo BTG Pactual na terça (22).

"Há várias iniciativas que podemos ter até o fim do ano que devem ajudar a economia a crescer. Podemos mobilizar recursos do FGTS também, porque são fundos privados", afirmou.

"São pessoas que têm recursos lá e que estão passando por dificuldades. Às vezes o cara está devendo dinheiro no banco e está credor no FGTS. Por que não pode sacar essa conta e liquidar a dívida dele do outro lado?", questionou.

Segundo integrantes do governo, embora o ministro tenha citado o uso do FGTS para o pagamento de dívidas e uma das principais intenções seja de fato ajudar os endividados, a tendência é que o valor seja liberado para todos os trabalhadores que tenham saldo disponível no fundo, com uso livre de acordo com as necessidades do beneficiário.

Em 2020, o governo tomou uma medida semelhante no pacote de medidas para amenizar a crise gerada pela pandemia e liberou um saque emergencial do FGTS de até R\$ 1.045 por trabalhador.

Em 2021, o governo continuou estudando novas rodadas de liberação. Conselheiros do FGTS que representam empresários e integrantes do governo, no

entanto, se posicionaram contra a medida na época.

O argumento foi que uma ação desse tipo poderia comprometer a sustentabilidade do fundo, que, segundo eles, sofria com limitações.

Durante o ano passado, a interpretação final foi que era preciso dar tempo para o fundo se recapitalizar e cumprir todos os seus compromissos antes de lançar uma nova rodada de saques extraordinários.

O presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria de Construção), José Carlos Martins, se manifestou contra a proposta de uma nova rodada de saques em 2022.

O setor de construção usa os recursos do FGTS como fonte de financiamento mais barata para bancar projetos na área habitacional.

"Opta-se em usar o FGTS como complemento de renda em vez de usá-lo para gerar bem-estar social, emprego e renda", disse Martins.

Ainda está em estudo pelo governo ampliar a possibilidade de usar o FGTS como garantia em operações de microcrédito para o trabalhador, segundo membros do governo ouvidos pela Folha.

Os valores dos empréstimos variam de R\$ 1.000 a R\$ 2.000 por pessoa nas discussões, lideradas nesse caso pelo Ministério do Trabalho e da Previdência.

Como consultar o saldo no app do FGTS

Abra o app e clique em "Entrar no aplicativo"

Aparecerá a frase "FGTS deseja usar caixa.gov.br para iniciar sessão" vá em "Continuar"

Informe seu CPF, vá em "Não sou um robô", selecione as imagens pedidas e vá em "Verificar" em seguida, clique em "Próximo"

Digite sua senha e vá em "Entrar"; caso não se lembre, clique em "Recuperar senha"

O sistema pedirá para você cadastrar uma conta bancária, caso não queira fazer isso, vá em "Voltar para a tela inicial"

Na tela inicial, aparecerão dados sobre as empresas em que trabalhou

O saldo da empresa atual ou da última empresa na qual trabalhou aparece no topo da tela; é a primeira; clique sobre ela para ver as movimentações

Para guardar os dados, clique em "Gerar extrato PDF" e salve em seu celular

Para ver todas as empresas nas quais trabalhou, vá em "Ver todas as suas contas"

O último depósito bancário estará informado na tela inicial, no quadro cinza

O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente Jair Bolsonaro durante evento no Palácio do Planalto

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49831>

Mesmo com queda do dólar, alta da inflação não dá trégua

DANIELA AMORIM

A taxa de juros já está acima dos dois dígitos, o dólar acumula uma queda superior a 10% neste ano e a economia anda em marcha lenta. Mesmo assim, a inflação brasileira não dá sinais de trégua. A cada dia surgem novas projeções para o IPCA, o índice oficial de inflação do País, e as revisões são sempre para cima.

Na terça-feira, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revisou sua previsão para a inflação em 2022, de 4,9% para 5,6%. No último Relatório Focus, divulgado na segunda-feira pelo Banco Central (BC), a projeção para o IPCA avançou pela sexta semana seguida, para 5,56% - ante a estimativa de 5,15% há apenas um mês. A meta do BC para este ano é de 3,5%, com intervalo de tolerância entre 2% e 5%. No ano passado, o IPCA avançou 10,06%, ante uma meta de 3,75%, chegando quase ao dobro do teto de tolerância, de 5,25%.

Ontem, saiu mais um indicador mostrando que a inflação parece longe de perder o fôlego.

Os reajustes de mensalidades escolares e de alimentos turbinaram a prévia da inflação oficial no País em fevereiro. O IPCA-15 registrou alta de 0,99%, o maior resultado para o mês desde 2016, informou o IBGE.

O resultado superou até as expectativas mais pessimistas de analistas do mercado ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam alta mediana de 0,87%. A taxa em 12 meses subiu a 10,76%, também a mais elevada em seis anos. Com isso, analistas já refazem projeções, afastando ainda mais a inflação da meta no ano.

A economista-chefe da corretora Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack, deve revisar a sua estimativa de uma alta de 5,5% para perto de 6%. "Não é segredo para o mercado que só vamos ver um IPCA abaixo de dois dígitos no fim do segundo trimestre." Já a Manchester Investimentos prevê que o IPCA encerre 2022 entre 6% e 7%. "A inflação brasileira continua pressionada pela recomposição de margens das cadeias produtivas", avaliou Eduardo Cubas, sócio e chefe de alocação de recursos da Manchester.

"Ainda tem muita recomposição de margem represada, e isso tende a continuar pressionando a inflação ao longo dos próximos meses." GUERRA. Segundo analistas, essas previsões têm como base as altas recentes nos preços de commodities (como petróleo e minério de ferro), dos bens de consumo industriais e dos alimentos, que mantêm a inflação pressionada. Mas os números podem ser ainda piores, uma vez que ainda não consideram os riscos decorrentes dos rumos da política fiscal durante o ano eleitoral e do agravamento das tensões entre Rússia e Ucrânia. Um eventual conflito poderia pressionar mais o valor de produtos como o petróleo, com reflexo sobre a gasolina, segundo economistas.

"Havendo uma guerra, provavelmente isso vai ter uma repercussão negativa no preço do barril (de petróleo), que já vem avançando, já está na casa de US\$ 100, e que pode pressionar mais ainda por reajuste doméstico.

Ainda que o real tenha se valorizado, e não foi uma valorização qualquer, isso não vai impedir reajuste nos preços dos derivados do petróleo, porque ele avançou muito mais", apontou André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV).

"Nós começamos o ano com projeção de 5,5% para o IPCA, agora está em 6%. Uma das coisas é a pressão de custos que vem do atacado e que pode chegar ao varejo. Por exemplo, a gente teve uma surpresa com relação ao cenário de petróleo, mais pesado do que se imaginava.

A perspectiva de um conflito entre Rússia e Ucrânia, tomara que não ocorra, mas evidentemente o petróleo subiria ainda mais", disse Fábio Romão, economista da LCA Consultores.

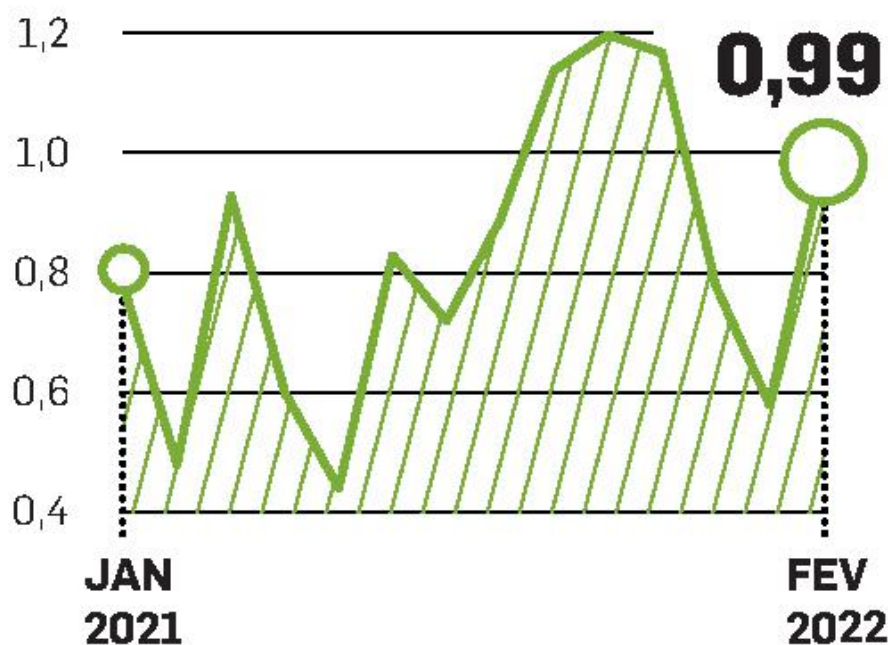
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PREÇOS

IPCA-15 acumula alta
de 1,58% em 2022

IPCA-15 mês a mês

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Estrangeiro tira ruptura fiscal de cena e compra Brasil

Adriana Cotias, Fernando Torres e Álvaro Campos De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187149?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187149?page=1§ion=1